



Data: 26.01.2020

Título: A ponta do véu 100 anos depois

Pub:

QuickCom  
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 22;23

# A ponta do véu 100 anos depois

## Portugueses na Sociedade das Nações

Exposição na  
Biblioteca Nacional  
(até 24 de Abril)  
conta histórias  
sobre a  
participação de

Portugal na criação  
da Sociedade das  
Nações: o azar de  
Afonso Costa, a  
batata quente dada  
ao português que

aplicou a primeira  
sanção da história  
e as reservas de  
Salazar a tudo  
o que fosse  
multilateralismo

Área: 1286cm<sup>2</sup> / 68%

Tiragem: 72.253  
FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6728498



Data: 26.01.2020

Titulo: A ponta do véu 100 anos depois

Pub:



QuickCom  
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 22;23

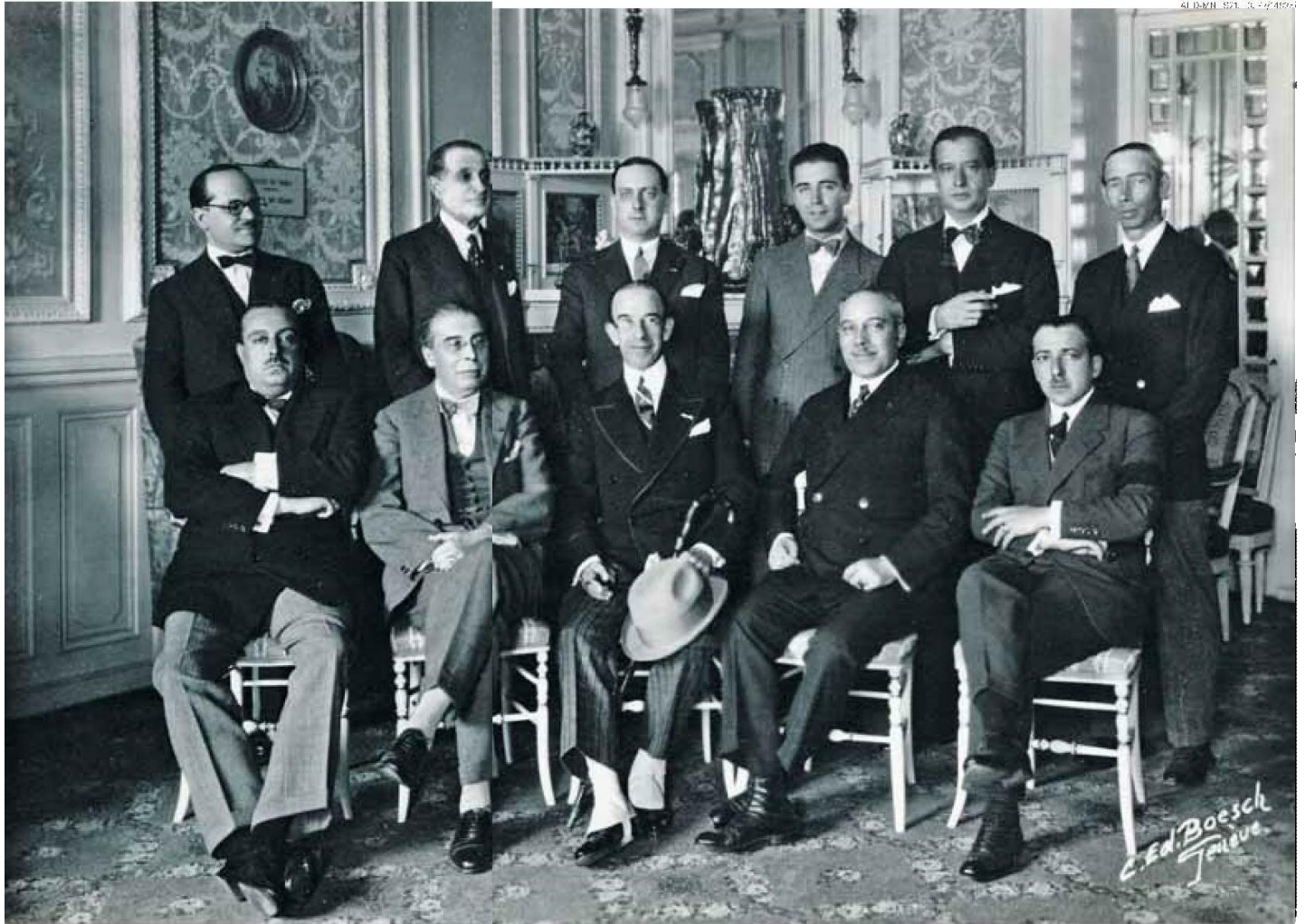


Foto de grupo com representante português na SDN nas décadas de 1920 e 1930: Augusto de Vasconcelos é o segundo

sentado à esquerda. Em baixo, postal ilustrado de Louis Déchelette sobre Mussolini e a invasão da

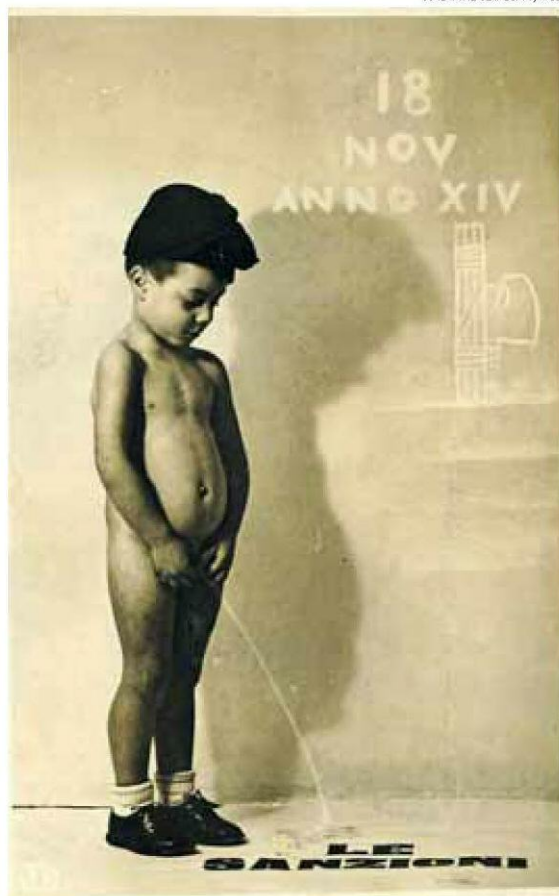
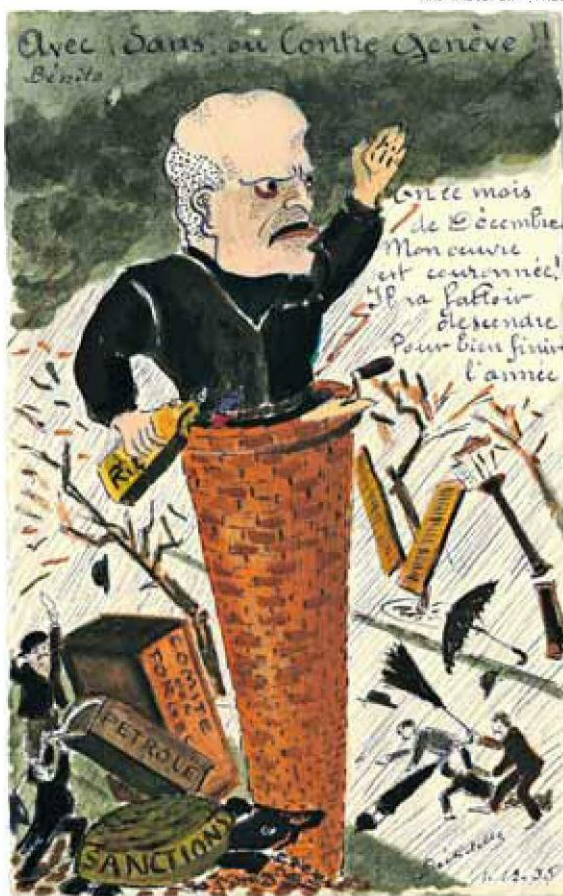
Etiópia (2 de Dezembro de 1935) e postal italiano criticando as sanções da Sociedade das Nações à Itália (1935/36?)

Área: 1286cm² / 68%

FOTO Tiragem: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 6728498



## Bárbara Reis

**O** difícil é escolher o que mostrar, mesmo quando poucos conhecem as imagens ou as histórias da Sociedade das Nações (SDN), o embrião da ONU, diz o historiador Pedro Aires Oliveira, coordenador da exposição *Sociedade das Nações (1920-1946): Promessas e Legados*, que inaugurou esta semana na Biblioteca Nacional, em Lisboa.

Há desconhecimento sobre a SDN e o papel de Portugal no grande público, mas também na academia. Em Portugal “não há uma única monografia completa” e os “estudos contam-se pelos dedos de uma mão”, diz o professor da Universidade de Lisboa. A exposição, que tem oito módulos e cerca de 100 documentos – fotografias de arquivos de Lisboa e Genebra, cartas, relatórios e livros –, levanta uma ponta do véu.

*Promessas e Legados*, programada para coincidir com os 100 anos da primeira reunião da SDN, em Janeiro de 1920, não quer documentar a história do envolvimento português, mas revela personagens, episódios, detractores, defensores e funcionários.

Logo a abrir, há uma fotografia tirada em Genebra, em 1926, onde se vê Afonso Costa, chefe do Governo durante a I Guerra Mundial, que liderou a delegação portuguesa à conferência de paz da qual nasceu a SDN. A imagem regista um momento feliz: após anos retirado da vida política num exílio auto-imposto, Costa regressou à ribalta para presidir à Assembleia Geral da SDN. “Mas repare na data”, aponta Aires Oliveira: “13 de Março de 1926.”

Dois meses depois, com o golpe de 28 de Maio em Portugal, a República cai e começa a ditadura militar – e Costa é afastado. “Esta fotografia mostra o momento de glória efêmera de Afonso Costa: presidiu à Assem-

bleia Geral da SDN. Foi um pouco a sua recompensa”, diz o historiador.

### A derrota de Costa

Estava a viver em Paris há seis anos. “Frustrado e desiludido” por Portugal não ser escolhido para membro não-permanente do conselho executivo da SDN – antecessor do conselho de segurança da ONU – tinha-se ido embora.

Conseguir esse lugar “tinha sido um dos principais objectivos políticos da diplomacia portuguesa nas negociações” de paz de Paris, escreve o investigador Bruno Cardoso Reis no primeiro capítulo do catálogo da exposição (sobre a “procura da paz perpétua”). “Ainda por cima, Portugal perdeu para Espanha e Espanha tinha sido neutra na guerra. Foi uma derrota que abateu muito Afonso Costa e que o fez retirar-se da vida política”, diz Aires Oliveira. Como chefe da delegação portuguesa à Conferência da Paz de Paris, “não consegue regressar com uma vitória que justificasse a entrada de Portugal na guerra e fosse uma

recompensa pelo sacrifício”.

O sacrifício tinha um número: na I Guerra Mundial (na qual morreram 37 milhões de soldados), Portugal enviou mais de 50 mil homens para a frente de batalha e os republicanos portugueses, como Afonso Costa, “tinham apresentado esse sacrifício como o preço a pagar por um maior reconhecimento do papel de Portugal no mundo”, escreve Cardoso Reis.

A estratégia fracassou. A 16 de Janeiro de 1920, na primeira reunião do principal órgão da SDN, os membros permanentes do conselho são as

“

**O episódio das sanções [da Sociedade das Nações à Itália] criou tensões entre Portugal e a Itália e não agradou a Salazar, que achou que tínhamos sido demasiado solícitos para com os ingleses**

**Pedro Aires Oliveira**

Historiador

potências vencedoras, França, Itália, Japão e Reino Unido, e os não-permanentes são a Bélgica, Brasil, Grécia e Espanha. Os EUA ficaram de fora porque o Partido Republicano, com maioria no Congresso, chumbou a adesão à SDN, apresentada e impulsionada pelo democrata Woodrow Wilson.

**A primeira sanção**

Na mesma fotografia, ao lado de Afonso Costa, está o médico e diplomata Augusto de Vasconcelos, representante permanente de Portugal na SDN, que acompanhou a derrota portuguesa por dentro. Além de dez anos na SDN, foi ministro dos Negócios Estrangeiros e Presidente do Conselho uns meses, diplomata em Madrid

durante a guerra e em Londres no início da paz. É com essa bagagem que, em 1935, Vasconcelos recebe “uma enorme batata quente”, conta Aires Oliveira. “Num período de extrema volatilidade, onde o recurso a golpes de força se fazia com crescente impunidade”, escreve o historiador no catálogo, a Itália trava uma guerra imperialista contra o reino independente da Etiópia.

“Em 1935, [o ditador de Itália] Mussolini percebeu que a ascensão de Hitler [ditador da Alemanha nazi] e dos seus intentos expansionistas em relação à Áustria eram uma ameaça às [suas] ambições megalómanas”, escreve o historiador. Como as oportunidades para o imperialismo italiano eram limitadas, “um ajuste de contas com a Abissínia [actuais Etiópia e Eritreia], que em 1896 infligira uma humilhação histórica à Itália, era uma opção tentadora”. O pretexto para a invasão foi um incidente na fronteira entre a Somália italiana e a Etiópia, “possivelmente fomentado por militares italianos”. Após uma escalada militar de um ano, a Itália invade a Etiópia em Outubro de 1935 sem fazer sequer uma declaração de guerra. Sendo ambos membros da SDN, com tratados bilaterais de não-agressão, a SDN criou uma comissão para decidir o castigo a aplicar à Itália.

Três meses antes, o *Peace Ballot*, um grande inquérito de opinião no Reino Unido promovido pela União da Liga das Nações, mostrara apoio popular à ideia de “segurança colectiva”: 10 milhões de inquiridos manifestaram-se a favor de sanções económicas, sete milhões a favor de sanções militares. “Mas nem os franceses, nem os ingleses queriam estar no papel odioso de impor sanções à Itália, vista como importante para conter os alemães”, conta Aires Oliveira. O colega português, Augusto de Vasconcelos, é empurrado para chefiar o comité de sanções. É desse órgão da SDN que sai a primeira sanção da história aplicada no quadro do multilateralismo. “O episódio das sanções criou tensões entre Portugal e a Itália e não agradou a Salazar, que achou que tínhamos sido demasiado solícitos para com os ingleses”, diz o historiador, e porque criou tensões com a Itália fascista.

**Salazar e os “escrocs”**

António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho durante 36 anos, dos quais 11 acumulou com os Negócios Estrangeiros, está presente em documentos seleccionados pelos investigadores que trabalharam para a exposição: Aurora Almada e Santos, Cláudia Ninhos, Cristina Rodrigues, Helena Pinto Janeiro, Quintino Lopes e Yvette Santos, além de Aires Oliveira e Cardoso Reis.

Cristina Rodrigues, que escreve sobre “o tempo longo da Organização Internacional do Trabalho”, nascida em 1919, mostra “o incómodo” que a regulação trabalho causou no regime salazarista e dá o exemplo da convenção sobre protecção da maternidade, que previa uma licença de parto de 12 semanas, com direito a subsídio e assistência médica, mas ficou por ratificar até ao fim do Estado Novo. “A intenção de ratificação esteve muito perto de se concretizar em 1931”, escreve Rodrigues. A proposta de lei – guardada no Arquivo Histórico Diplomático e exposta em *Promessas e Legados* – está assinada por vários ministros, mas inclui uma nota manuscrita onde se lê que “o Sr. Ministro das Finanças [na altura Salazar] não quis assinar pela despesa que trariam as indemnizações”.

E Yvette Santos, que escreve sobre os refugiados-apátridas, conta que, em Novembro de 1922, quando Fridtjof Nansen, primeiro Alto-Comissário para os Refugiados, pediu ao Governo ajuda para fornecer tendas militares para os refugiados gregos e arménios da Trácia, Grécia e Anatólia, sobretudo “mulheres e crianças desalojados e sem vestuário, cobertores e alimentação”, o pedido “foi recusado a pretexto das dificuldades financeiras nacionais e da fome que os cabo-verdianos passavam”. Anos mais tarde, numa circular enviada a pedido do ministro do Interior, Antonino Gomes Pereira – em cujo mandato nasceu a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado – o regime pede aos governadores civis medidas para garantir que “seja dificultada a concessão de licença para vendedores ambulantes a estrangeiros”, pois é “necessário e urgente impedir a invasão de estrangeiros” refugiados, que “quase sempre são indigentes ou escrocs [sic]” e “muito suspeitos”, o que dá “à polícia um trabalho excessivo de vigilância”. A



**Data:** 26.01.2020

**Título:** A ponta do véu 100 anos depois

**Pub:** 



**Tipo:** Jornal Nacional Diário

**Secção:** Nacional

**Pág:** 22;23

preocupação, explícita nesta circular de 1934, eram os “polacos e judeus alemães” que estavam a entrar “em Portugal em grande número”. Aires Oliveira resume: “Houve enorme resistência e uma política extremamente restritiva para os refugiados.”  
[breis@publico.pt](mailto:breis@publico.pt)

Área: 1286cm² / 68%

Foto Titagem: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 6728498